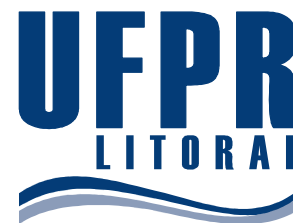




Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral



## **Projetos de Aprendizagem/Interação como ferramentas pedagógicas na construção da identidade da jovem do campo**

Milena de Oliveira Werneck de Capistrano<sup>1</sup>

Margio César Loss Klock<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O envelhecimento e a masculinização da população rural colocam a agricultura familiar em uma condição instável em relação à sua reprodução social. Os currículos das instituições que atuam em Educação do Campo necessitam ser diferenciados para atender as demandas e abranger as pluralidades e diversidades inerentes a este meio. O presente artigo teve como objetivo examinar, a partir da experiência de um projeto de aprendizagem/interação, algumas estratégias desenvolvidas por estudantes para interpretar sua condição juvenil feminina com base na posição social estudante-trabalhador do campo. Através de uma entrevista realizada com as jovens, verificou-se que os projetos de aprendizagem-interação colocam-se como instrumentos pedagógicos que auxiliam no processo de significação e construção da identidade dos sujeitos do campo.

**Palavras-Chave** Educação do Campo, currículos, agricultura familiar, sucessão hereditária, Pedagogia da Alternância

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.



## INTRODUÇÃO

O envelhecimento e a masculinização da população rural colocam a agricultura familiar em uma condição instável em relação à sua reprodução social. A juventude rural, principalmente feminina, ao não encontrar espaço no universo produtivo para desenvolver-se como ser social busca oportunidades em atividades desvinculadas da agropecuária. As instituições de ensino necessitam constituir-se como ferramentas para atuar neste processo através de currículos voltados para a construção da identidade da juventude do campo. Para COSTA, 1999, “as escolas e seus currículos são como territórios de produção, circulação e consolidação de significados, como espaços privilegiados de concretização da política de identidade”(COSTA, 1999:38).

A juventude é recoberta por pluralidades e é uma fase da vida feita de trajetórias coletivas e individuais. Para LUZZARDI, ALTEMBURG, BEZERRA, 2010, desde que esteja contextualizada, a escola do campo é necessária para se cultivar a própria identidade do homem e da mulher do campo e pode vir a colaborar no desenvolvimento de estratégias de um projeto educativo sócio-econômico, e o currículo escolar também operaria como um produtor de subjetividades autônomas, ao abandonar pretensões de disciplinarização e controle, no sentido da transversalidade.

No conceito de Educação do Campo, apontado no Parecer 36/2001 pela Conselheira Edla de Araújo Lira Soares à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, o campo é apresentado como “um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana”. Ademais, ao observar os dados obtidos pelo Censo

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2006, nota-se a importância da agricultura familiar como o setor social responsável pela produção da maior parte dos alimentos que compõe o cardápio básico dos brasileiros e como maior empregadora de mão de obra quando comparada aos demais estabelecimentos rurais (IBGE, 1996).

O propósito deste artigo é examinar algumas estratégias desenvolvidas por estudantes para interpretar sua condição juvenil feminina com base na posição social de estudante-trabalhador do campo, a partir da experiência de um projeto de aprendizagem/interação, realizado na Associação Escola do Campo–Casa Familiar Rural (CFR) de Bituruna, município da região Centro-Sul do Paraná. Para tal, estrutura-se em quatro seções. Na primeira é realizada uma breve abordagem da influência da Extensão Rural no estado do Paraná, como espaço informal de ensino, sobre a identidade do jovem e da mulher do campo. Na segunda, são apresentados dois marcos legais que sustentam o conceito da Educação do Campo e os fundamentos da proposta pedagógica da CFR de Bituruna-PR. Na terceira, as metodologias da pesquisa realizada. E na última seção estão os principais resultados e a discussão do estudo.

## **A EXTENSÃO RURAL COMO UM ESPAÇO INFORMAL DE ENSINO**

Desde seu princípio a Extensão Rural no Paraná desempenhou importante papel na transformação da identidade da mulher e da juventude do campo, atuando como espaço informal de ensino muito antes do surgimento do conceito de Educação do Campo.

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

Já nas décadas de trinta e quarenta, mesmo sendo as intenções do Governo Federal manter a população no campo e frear a migração para as cidades, as ações realizadas eram assistencialistas e fortaleciam a visão do homem do campo como carente, pobre e ignorante, incapaz de tomar suas próprias decisões. E na década de cinquenta iniciou-se um discurso urbanizador que acreditava que o desenvolvimento industrial em curso no Brasil faria desaparecer, dentro de algumas décadas, a sociedade rural.

Neste contexto, da década de cinquenta, teve início o serviço de Extensão Rural no Paraná, prestado pelo ETA (Escritório Técnico de Agricultura) - Projeto nº15. O projeto considerava o trabalho com a juventude do campo uma forma de enfrentar o que chamava de tradicionalismo primitivo das pessoas adultas através da mentalidade essencialmente moldável da criança e do adolescente (EMATER, 2006, pg. 35), pois “[...] o técnico conseguia convencer os pais agricultores a partir dos resultados que os filhos obtinham nos projetos que desenvolviam nos chamados clubes do Programa de Clubes 4-S” (Saber, Sentir, Saúde e Servir) (EMATER, 2006, pg 36). Nos clubes os integrantes do sexo masculino dedicavam-se à criação de suínos, apicultura e hortas domésticas, e os do sexo feminino a melhoramentos do lar, nutrição e vestuário (EMATER, 2006, pg 37).

Observa-se que a função exercida pela mulher no meio rural era abordada na mesma perspectiva da mulher no meio urbano, na figura da “dona de casa”, porém, o trabalho da mulher na agricultura familiar sempre foi muito além dos afazeres domésticos. Mesmo assim, seu reconhecimento profissional como agricultora, e por consequência a garantia de seus direitos trabalhistas, como auxílio-maternidade, pensão viuvez e aposentadoria, ocorreu somente cerca de duas décadas atrás.

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

A Extensão Rural também desenvolveu ações junto às comunidades escolares, visando fortalecer o cooperativismo. Ainda na década de 50 foram realizados cursos para professores das escolas rurais, criados os Clubes 4-S Escolares e os Clubes Agrícolas Escolares e, na década de setenta, a partir de um amplo movimento de reestruturação do cooperativismo no estado, uma resolução da Secretaria de Agricultura incorporou o Programa de Cooperativismo Escolar às atividades da EMATER-PR/ACARPA. (EMATER, 2006, pg 46).

## OS ESPAÇOS FORMAIS DE EDUCAÇÃO

A partir da década de noventa ocorreram conquistas nos marcos legais dos espaços formais da educação, superando a visão histórica da educação rural e visando consolidar a população do campo como parte nos processos de definição dos rumos da sociedade brasileira. Dois destes marcos na direção de políticas públicas foram a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996, e, mais recentemente, a Resolução nº01 de 2002 do Conselho Nacional de Educação, chamada de “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”.

A Lei de Diretrizes e Bases, em seu artigo 28, apresenta que os sistemas de ensino devem adaptar-se e adequar-se às peculiaridades da vida rural, especialmente através de conteúdos curriculares e metodologias apropriados às necessidades e interesses dos alunos da zona rural, de calendários apropriados às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequados à natureza do trabalho da zona rural (BRASIL, 1996). Cabe,

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

portanto, às respectivas escolas e instituições de ensino, observadas as normas de seu sistema de ensino, organizar um projeto político-pedagógico em acordo com as peculiaridades emergentes na natureza do campo. E as Diretrizes Operacionais orientam a construção considerando a diversidade que existe no campo:

“Art. 5º As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

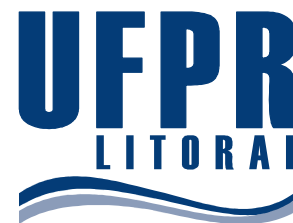
Parágrafo único. Para observância do estabelecido neste artigo, as propostas pedagógicas das escolas do campo, elaboradas no âmbito da autonomia dessas instituições, serão desenvolvidas e avaliadas sob a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional de Nível Técnico.”  
(BRASIL, 2002)

As primeiras experiências com a Pedagogia da Alternância surgiram durante a década de 30 na França nas chamadas *Maisons Familiales Rurales* – Casas Familiares Rurais. No Brasil, as Escolas Família Agrícola – EFAs tiveram origem no estado do Espírito Santo no final da década de 60 inspiradas no modelo francês e, a partir da década de 80, expandiram-se para outros estados e regiões do Brasil. A Pedagogia da Alternância fundamenta-se na alternância dos estudantes entre períodos na escola e em seu meio sócio-profissional, que são as propriedades e comunidades do campo, e tem como objetivo fazer com que eles construam uma ponte entre conhecimentos empíricos e técnicos, uma articulação entre a teoria e a prática através da interdisciplinaridade e da valorização dos conhecimentos e necessidades dos sujeitos do campo.

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.



A Associação Escola do Campo Casa Familiar Rural - CFR, de Bituruna-PR, foi fundada em 1999 e atua desde 2006 na profissionalização da juventude do campo. Segundo consta na Proposta do Curso de Educação Profissional Técnico em Agropecuária – Nível Médio, apresentada pela CFR para a Secretaria de Estado da Educação em 2006:

“[...] os projetos de acompanhamento familiar são caracterizados como visitas às propriedades, realizadas por monitores, a fim de incentivar mudanças através da implantação de projetos agropecuários, de acordo com a aptidão da família e dos recursos disponíveis para melhorar a qualidade de vida e de aumento de renda, integrando de forma significativa a família e o aluno na comunidade.” (CFR, 2006)

O projeto de aprendizagem/interação é um instrumento que visa desenvolver a pesquisa como princípio da aprendizagem e da construção do conhecimento, tem como ponto de partida a problematização da realidade local do estudante e torna possível inserir conteúdos das áreas do conhecimento de forma subordinada ao tema pesquisado.

## **O PROJETO DE APRENDIZAGEM/INTERAÇÃO**

A partir de demandas encontradas durante os acompanhamentos familiares previstos pela proposta pedagógica da escola, organizou-se um projeto que foi desenvolvido nos meses de abril e maio de 2010 e envolveu nove jovens entre 14 e 17 anos do primeiro ano do Curso Técnico em Agropecuária da CFR de Bituruna-PR. O objetivo foi aproveitar os excedentes de frutas e hortaliças produzidos pelas famílias das jovens que deixavam de

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

ser comercializados *in natura* por apresentarem baixos preços de mercado mas que, quando beneficiados e comercializados em feira livre, poderiam alcançar melhores preços.

A agroindustrialização e a comercialização em canais diretos favorece a agricultura familiar no que se refere a agregação de valor nos produtos e na diminuição de intermediários no processo, fortalecendo o agricultor como produtor de alimentos e não somente de matérias-primas que são processadas para tornarem-se alimentos através de indústrias externas ao campo. Como apresenta SACCO DOS ANJOS, 2001, em seu artigo sobre a relação entre a pluriatividade e a reprodução da agricultura familiar:

“Já não são tão incomuns os exemplos de assentamentos que incorporaram a visão de que é possível e desejável a inclusão de pequenas agroindústrias de processamento da produção no interior destas propriedades. Tanto na perspectiva da agregação de valor aos produtos quanto na questão de absorver a mão-de-obra jovem e feminina que convencionalmente se defronta com cada vez mais reduzidas possibilidades de ocupação no marco estrito da atividade agrícola.” (SACCO DOS ANJOS, 2001)

As etapas do projeto compreenderam a escolha das matérias-primas, o processamento, o envase, a rotulagem, a armazenagem, o transporte e a comercialização e, para tal, utilizou-se estruturas da escola, como a cozinha industrial, o veículo e o ponto de venda na Feira da Lua. A Feira da Lua, criada em 2003 por associações de agricultores familiares de Bituruna-PR, acontece toda quarta-feira das 17h30 às 21h no centro urbano do município. Porém, há cerca de três anos a participação dos estudantes no ponto de venda da escola tem decaído, demonstrando uma deficiência na metodologia utilizada pela escola, de adesão individual e voluntária dos jovens à feira.

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.



Para avaliar os resultados foi realizada uma entrevista semi-estruturada em março de 2011 com as jovens que desenvolveram o projeto, através da qual se investigou o que a relação das jovens com os estudos e o futuro das propriedades rurais das famílias, a relação das jovens com a comercialização de produtos que as famílias produzem e a compreensão acerca de projetos de aprendizagem/interação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira pergunta realizada para as jovens foi o que elas se viam fazendo daqui a alguns anos. Houve unanimidade em relação à intenção de cursar o ensino superior e sete já refletiram sobre as áreas que gostariam de seguir: Educação Física (4 jovens), Medicina Veterinária (1 jovem), Fisioterapia (1) e Medicina (1); duas delas ainda não haviam decidido e disseram apenas que pretendem trabalhar para custear a continuidade dos estudos. Seis delas disseram querer casar e formar família.

Perguntou-se quantas pessoas moravam na propriedade e observou-se que as famílias tinham entre 3 e 6 integrantes residindo no campo.

Então, foi perguntado se as jovens já conversaram alguma vez com seus familiares sobre como será o processo de sucessão da propriedade. Sete responderam que sim e duas que não. Entre as sete que disseram ter conversado houve bastante distinção no modo como as famílias pretendiam realizar a sucessão da propriedade. Como exemplos, uma morava com os avós e disse que esta decisão seria tomada entre seus tios; uma disse que todos os familiares tinham intenção de morar e trabalhar na cidade mas que pretendiam

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

manter a propriedade através de um empregado, para tê-la como um espaço de lazer e descanso; outra disse que os pais pretendiam vender a propriedade quando não pudessem mais trabalhá-la; três disseram que a intenção das famílias, até o momento da entrevista, era de que os irmãos ou irmãs mais novos sucedessem a propriedade; e uma conversou apenas para dizer à seus familiares que não pretendia continuar morando na propriedade.

MELLO, *et al.*, 2003, em um estudo realizado, constatou que a profissão de agricultor está se colocando como uma possibilidade entre outras profissões:

“O atual processo sucessório mostra que acabou a fusão anterior entre o destino da unidade produtiva e o da própria família. A hipótese nesse sentido é que houve uma espécie de implosão dos critérios sucessórios e hereditários tradicionais, sem que estes fossem substituídos por outras formas predominantes, e tudo indica que esse é um assunto sobre o qual pouco se discute em família.” (MELLO *et al.*, 2003).

Porém, CARUSO, SACCO DOS ANJOS, 2009, no artigo sobre a pluriatividade e a sucessão hereditária na agricultura familiar, ainda apresentam que:

“A sucessão na agricultura familiar envolve não apenas a transferência de um patrimônio e de capital imobilizado ao longo das sucessivas gerações, mas de um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que pelo menos um dos sucessores possa reproduzir a situação original.” (CARUSO, SACCO DOS ANJOS, 2009)

Considerando os diferentes resultados encontrados, visualiza-se ainda ser necessário realizar mais estudos acerca do tema da sucessão das propriedades da agricultura familiar para orientar as discussões sobre a Educação do Campo.

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

Na questão sobre a escolha dos temas de seus projetos de conclusão do curso, chamados de Projetos Profissionais e de Vida do Jovem pela Pedagogia da Alternância, a serem desenvolvidos durante o terceiro ano do curso, as nove jovens responderam que pretendiam desenvolver projetos visando re-organizar atividades produtivas já existentes na propriedade, o que demonstra que o foco dos projetos serão situações-problemas vivenciadas cotidianamente por suas famílias. Em relação ao temas, sete disseram já terem escolhido, sendo seis na área de produção animal: Bovinocultura de Leite (3), Bovinocultura de Corte (1), Suinocultura (1) e Apicultura (1); e uma na área de produção vegetal: Olericultura. As outras duas ainda não escolheram.

As jovens também foram questionadas sobre o projeto de aprendizagem/interação que desenvolveram no primeiro ano do curso. Três responderam que depois dele continuaram participando regularmente da Feira da Lua comercializando hortaliças, conservas caseiras e produtos de agroindústria familiar. Duas disseram que tinham interesse em participar novamente da feira e as outras quatro que naquele momento não tinham interesse. Neste sentido, as três que ainda participavam da feira foram questionadas sobre o motivo de continuarem e disseram que este tinha se mostrado um espaço importante tanto para agregar valor econômico aos produtos quanto para estabelecer relações de amizade e confiança com os consumidores. Tal como notaram MIOR, GUIVANT, 2004:

“[...] particularmente a agregação de valor dentro dos grupos abre para as mulheres agricultoras novas oportunidades no caminho de seu empoderamento: cursos de treinamento e capacitação, contato direto com consumidores nas feiras, o que permite reforçar a auto-estima, com o retorno positivo que recebem daqueles sobre seu trabalho” (MIOR; GUIVANT, 2004)

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

Todas as jovens foram questionadas, então, sobre os canais onde as famílias costumavam comercializar os produtos produzidos em suas propriedades. Sete responderam que a família produzia para o próprio consumo, destas, duas também comercializavam produtos para vizinhos, três comercializavam também na feira, e uma em programas governamentais de aquisição de alimentos e para uma indústria de laticínio. Uma respondeu que a família comercializa para associação local de laticínios. E uma comercializa para uma indústria de produtos apícolas e para uma associação local de produtos orgânicos.

Por fim, foi perguntado se as jovens já leram livros e materiais, por iniciativa própria, sobre comercialização de produtos agropecuários ou sobre o tema de interesse para o projeto profissional. Seis responderam que não e apenas três que já leram algum material sobre estes assuntos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As jovens entrevistadas, em suas trajetórias pela Educação do Campo, relacionam-se com os mecanismos de identificação da categoria social da qual fazem parte, como mulheres agricultoras e, ao mesmo tempo, buscam alcançar objetivos particulares visando seu espaço como ser social, seja como agricultora ou em outra profissão.

Os currículos das instituições de Educação do Campo necessitam ser diferenciados para abranger as diversidades, pluralidades e os anseios existentes na juventude possibilitando a circulação e produção de significados que auxiliem o processo de construção da identidade de sujeitos do campo.

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

Os projetos de aprendizagem/interação colocam-se como recursos pedagógicos que permitem elencar situações-problemas vivenciadas no cotidiano dos educandos e possibilitam que eles mesmos proponham soluções. E são importantes tanto por irem além da disciplinarização, abordando conteúdos e conhecimentos necessários no desenvolvimento das ações, quanto pela metodologia utilizada, na qual o processo em si fomenta debates nas famílias e nas comunidades do campo acerca de suas condições sociais.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO ESCOLA DO CAMPO CASA FAMILIAR RURAL. Proposta do Curso de Educação Profissional Técnico em Agropecuária – Nível Médio. Bituruna, 2006. 79 p.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Lei nº 9394/1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.1. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2002. Seção 1, p. 32.

CARUSO, C.O., SACCO DOS ANJOS, F. A agricultura familiar no extremo sul gaúcho: limites e possibilidades de uma estratégia de reprodução social. In: Congresso Brasileiro da SOBER, 47º, 2009. Porto Alegre. *Anais*: Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/396.pdf>> Acesso em: 23 out. 2010.

COSTA, M. V. Currículo e política cultural. In. COSTA, M. V. (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. (37-68).

EMATER. 50 Anos de Extensão Rural Paranaense – 1956-2006. Curitiba: EMATER, 2006. 78 p.

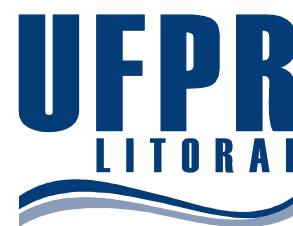
---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Paraná  
Setor Litoral



LUZZARDI, R.; ALTEMBURG, S.N.; BEZERRA, A.J.A. Refletindo nos Territórios dos Currículos Escolares da Educação do Campo. *Reflexão & Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 2, set. 2010. Disponível em:  
< <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex> > Acesso em: 20 out. 2010.

MELLO, M.A. de, *et al.* Sucessão Hereditária e Reprodução Social da Agricultura Familiar. *Agricultura em São Paulo*. São Paulo, SP, 2003. v. 50, p. 11-24.

MIOR, L.C., GUIVANT, J.S. Redes sócio-técnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural. In: GUIVANT, J.S., SCHEIBE, L.F., ASSMANN, S. (org.). *Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural*. Florianópolis: Insular, 2004, v.1. 295 p.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar – Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 267 p.

SACCO DOS ANJOS, F. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, RJ: MAUAD, 2001.

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma educanda do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Bituruna-PR, e-mail: capitulena@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.